

“É CONTRA ESSE DEUS QUE MATA QUE A GENTE LUTA E RESISTE”

• Entrevista com Alexya Salvador •

Por Maryuri Grisales e Renato Barreto

Alexya Salvador, 38 anos, nasceu em Mairiporã, área rural e periférica (SP). É professora da rede pública, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH) e mãe. Em 2015 foi nomeada como Pastora auxiliar da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) em São Paulo, sendo a primeira Pastora Transgênera do Brasil. Em 2019 será ordenada clériga, tornando-se a primeira Reverenda Transgênera da América Latina. Também foi a primeira mulher transgênera no Brasil a adotar um filho e, posteriormente, a primeira a adotar duas crianças trans.

Como figura pública, foi candidata ao cargo de deputada estadual em 2018, levantando principalmente as bandeiras das pessoas LGBTI, da educação e da adoção, temas presentes em seu cotidiano. Em suas falas, Alexya afirma que o seu corpo é transgressor e que sua existência é um ato político, especialmente no país que mais mata pessoas LGBTIs no mundo. Ela entende que o problema está na formação que as pessoas tiveram, a qual é marcada por preconceitos que ferem os direitos humanos da população LGBTI, o que a faz advogar fortemente pelo papel transformador da educação.

Seja no espaço da escola ou da igreja, ela compreende que a sua presença pode inspirar outras pessoas. O mesmo ocorre com a sua família. Em entrevistas, ela tem promovido o diálogo sobre o respeito a diferentes formações familiares, sendo Vice-Presidente da

Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH). Em sua Igreja, também afirma a necessidade de marcar a presença política das pessoas LGBTI como forma de expandir os espaços de acolhimento e inclusão.

• • •

Sur • Diversas frases e credenciais são comumente atribuídas a você, entre elas, “a primeira pastora transgênero da América Latina”, “a primeira mulher trans a adotar um filho no Brasil” e “a primeira mulher trans brasileira a adotar uma criança também trans”. O que esse pioneirismo significa para você, como mulher negra, trans, em um país estruturalmente racista, de maioria cristã e um dos que mais mata LGBTIs no mundo?

Alexya Salvador • Eu gosto muito de citar o Paulo Freire quando ele diz que “o mundo não é, o mundo está sendo”. Nessa revolução que temos vivido nos últimos tempos, ser a primeira mulher trans a adotar no país que mais mata travestis é o maior ato político de existência que eu poderia exercer. E, hoje, eu consigo sinalizar que os tempos estão mudando, que o mundo não é mais o mesmo e que a gente não está aqui para roubar nada de ninguém, para infringir nenhuma lei ou para atacar ninguém. As pessoas, todos os dias, fazem de tudo para deslegitimar a minha maternidade. Primeiro, porque elas entendem que eu não sou mulher e, logo, eu não posso ser mãe. Em contrapartida, eu assinalo que é possível, sim, exercer uma maternidade trans. E é ruim ter que falar de maternidade e colocar um adjetivo. Mas, nesse momento histórico, infelizmente, a gente tem que rotular algumas coisas de maneira pedagógica para poder ensinar as pessoas que é possível. E a minha família está aí para provar que a família trans-afetiva existe, que existem diversos tipos no mundo, e não somente a família homoafetiva como todo mundo fala.

Sur • Qual a importância, nos dias de hoje, de existir uma figura pública como você, uma pastora ocupando espaços eclesiais e inclusive na política institucional. O quanto essas credenciais pesam para você dentro da própria Igreja?

AS • Tudo aconteceu de uma maneira que nem eu mesma tinha projetado ou almejado. As coisas foram acontecendo dia após dia, mês após mês, e hoje eu ocupo esse lugar sendo a primeira pastora trans do Brasil – e em breve vou ser ordenada clériga, sendo a primeira reverenda transgênero da América Latina. Isso representa que é possível exercer um cristianismo genuíno como nas primeiras comunidades cristãs, nas quais essas questões não eram o que importava, não eram questões que separavam, segregavam as pessoas. Mas, no maior país cristão do mundo, eu acabo indo na contramão e me tornando um símbolo de revolta para muitas pessoas, porque elas entendem que eu estou querendo deturpar um cristianismo que, segundo elas, lhes pertence. Não tem nada que prenda Cristo a Igreja ou pessoa nenhuma. Quando falo de Cristo, eu gosto de pensar no Jesus dos povos, no Jesus que caminha com aqueles que ninguém quer caminhar. E esse Cristo também quis caminhar comigo.

Sur • Conte-nos um pouco sobre a Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) e o papel dela no cenário religioso brasileiro atual.

AS • A Igreja da Comunidade Metropolitana foi fundada em Los Angeles no final da década de 1960 pelo reverendo Troy Perry, um pastor batista que reunia na sala da sua casa pouco mais de doze pessoas, as quais a religião daquele tempo também não aceitava dentro das suas congregações: mulheres divorciadas, negros e LGBTIs. Se a gente pensar no contexto dos Estados Unidos no final daquela década, o negro não frequentava a mesma igreja que o branco. A ICM nasce nesse marco de resistência, de empoderamento das ditas minorias, quando, na verdade, nós não somos minoria. Hoje, a ICM está em pouco mais de 50 países no mundo, não apenas como uma Igreja inclusiva, mas também uma Igreja afirmativa de nossas sexualidades e de nossas identidades de gênero. Contudo, a nossa pauta fundamental é a luta pelos direitos humanos. A ICM existe não somente para reunir pessoas dentro de um lugar e chamá-lo de Igreja. Nós entendemos que o cristianismo chama a nos empoderar e a lutar contra toda forma de opressão, de injustiça e pela retomada de direitos. E, nesse momento do Brasil, no governo Bolsonaro, a gente se posiciona contra toda e qualquer retirada de direitos. Nós temos um governo de morte; infelizmente. Um governo que persegue e um governo que faz de tudo para silenciar as chamadas minorias. Nós, como parte da Igreja da Comunidade Metropolitana, vamos continuar resistindo e lutando contra todos os sistemas de morte, porque a gente entende que esse, sim, é um sistema demoníaco. Tudo aquilo que não gera vida gera morte. E, se gera morte, é do inimigo de Deus.

Sur • Além de pastora, você é uma defensora dos direitos humanos. Considerando o fato de o cristianismo ter sido historicamente uma tradição que agenciou seu poder por meio do controle dos corpos – corpos celibatários dos sacerdotes, corpos das mulheres para reprodução, além dos corpos sexualmente controlados a partir de uma ideia restrita de natureza e ordem divina, como você interpreta sua inspiração religiosa para a reivindicação de direitos, especificamente dos direitos sexuais?

AS • O meu ministério me chama a lutar contra todo tipo de opressão, e, principalmente a da colonização dos corpos. O fundamentalismo religioso ensina que, se os nossos desejos e práticas sexuais não estiverem de acordo com o parâmetro bíblico, estamos em pecado. Eu entendo que o sexo é dom de Deus e deve ser exercido com responsabilidade. O pecado não é o ato sexual, mas o não se prevenir contra doenças sexualmente transmissíveis. Nesse sentido, eu entendo que devemos sim cuidar do nosso corpo que é o templo de Deus. Não podemos lutar contra a nossa natureza, reprimindo quem somos em nome de uma prática religiosa que vê o sexo como algo a ser combatido. O controle e a colonização dos corpos ainda é a maior chave de manipulação que a igreja exerce sobre as pessoas, uma vez que as nossas orientações sexuais e identidades de gênero também perpassam por essa realidade. Ser LGBTI+ e viver de acordo com a fluidez que exala da nossa percepção humana é o que me move a lutar pelo direito de ser de cada ser humano.

Sur • Este ano o Brasil criminalizou a homofobia – um tema polêmico especialmente dentro dos espaços religiosos, visto que, segundo algumas visões contrárias, isso compromete a liberdade religiosa e de expressão. Você considera essa criminalização um avanço em termos de direitos humanos?

AS • Quando o Supremo Tribunal Federal criminaliza a LGBTfobia, isso indica para nós que novos tempos chegaram. Nós sabemos que, por exemplo, a Lei Maria da Penha não impediu que mulheres fossem assassinadas. Da mesma forma, essa lei não vai impedir que casos de LGBTfobia aconteçam, mas as pessoas vão começar a pensar duas vezes antes de assumirem certas práticas. É claro que vai levar um tempo para que a sociedade entenda que é crime, que agora a gente consegue recorrer a instâncias superiores para se defender. A Igreja sempre lutou para que a LGBTfobia fosse criminalizada, porque entendemos que o Estado tem que respaldar essas pessoas, que o Estado tem que garantir que pessoas possam ir e vir, que elas possam ter o direito de existir. Então, criminalizar é um avanço, porém precisamos criar políticas públicas para que o exercício dessa lei seja mantido, para que as pessoas entendam que todo ódio, toda violência cometida contra gay, lésbica, travesti, homens trans e mulheres trans agora é passível de punição.

Sur • A educação é uma pauta importante do seu trabalho, seja como pastora e educadora no trabalho comunitário, seja como mãe no espaço familiar. Como você imagina uma educação para a democracia e o respeito às diferenças no Brasil atual? Como a religião poderia contribuir nesse sentido?

AS • Eu sou professora da rede pública de ensino há pouco mais de 15 anos. Nas minhas aulas, por exemplo, dentro da escola, eu procuro sempre aproveitar oportunidades de conflito entre os alunos, aqueles momentos de tensão, para ensinar algo que não está no livro, que não está na apostila. O que é cidadania, respeito ao diferente e que nós somos seres humanos e, por sermos seres humanos dotados de uma consciência, devemos respeitar o outro. Enquanto pastora, eu procuro ensinar as pessoas que o diferente não é uma ameaça, porque as pessoas entendem que tudo aquilo que não é próprio do seu vocabulário, que não é próprio da sua realidade, deve ser visto como uma ameaça e, por isso, combatido. Não, seres humanos não devem guerrear uns contra os outros. Por nenhum motivo. Todas as grandes guerras do mundo foram causadas pelo orgulho, pela prepotência, pelo desejo de dominar culturas e povos. O cristianismo tem uma longa lista de invasões nas quais povos foram dizimados, pessoas consideradas bruxas foram queimadas, tribos indígenas inteiras foram saqueadas e queimadas, impérios foram derrubados em nome de um Deus que parece que só sabe guerrear. Esse Deus do Antigo Testamento existiu de fato. Mas, ele também existe de fato quando sorri lindamente em Jesus comunicando o amor, comunicando o acolhimento ao que é diferente. Eu, na verdade, não entendo como o diferente; o diferente para mim é um convite a conhecer algo que eu não sabia que existia. E quando eu conheço esse algo, eu vejo que não tenho nada de diferente. Então, para mim, Deus habita o terreiro de candomblé, Deus habita o templo budista, Deus habita o templo católico, Deus habita o templo evangélico. E

tantas outras formas de fé. Deus tem cores, sabores, cheiros, paladares diferentes. Se nessa tabela, o que é próprio para mim não está inserido, é porque Deus me chama a conhecer ainda mais a sua presença em outros lugares. Então, esse Deus que mata e guerreia não pode ser o Deus de amor que nasce em Jesus. Não pode ser. Esse é o Deus do Bolsonaro, esse é o Deus da bancada da Bíblia em Brasília. Então, é contra esse Deus que mata que a gente luta e resiste.

• • •

Entrevista conduzida por Maryuri Grisales e Renato Barreto em julho de 2019.



Foto: Bianca Moreira | Conectas Direitos Humanos



“Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License”